



Cartilha de Orientação

Caminhos da Justiça em Cachoeira- Ba

Atualização: Dez 2023

Ficha Técnica

Elaboração da Cartilha

Helder da Costa Cunha Galindo

Criação de Artes e Imagens

Bing Image Ai e Picasso Ai

Colaboração

Lívia Almeida da Cunha Galindo

GALINDO, Helder da Costa C.

Cartilha Acesso à justiça: Cachoeira, 2023.
15f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Daniela Abreu Matos

Trabalho de Conclusão do Curso
Tecnólogo em Gestão Pública, Centro de
Artes, Humanidades e Letras, Universidade
Federal do Recôncavo.

Sumário

1. Apresentação da Cartilha 4

2. O Funcionamento do Judiciário 5

2.1 Órgãos do Poder Judiciário 5

2.2. Quem é Quem na Justiça 7

3. Onde buscar ajuda? 8

4. Informações Úteis 12

5. Considerações Finais 13

6. Referências 13



Olá! Eu sou a Justiça. Irei te guiar nesta cartilha pelos caminhos que levam até a mim. Pois como disse Martin Luther King:

“A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar”

1. Apresentação da Cartilha

A **CARTILHA Caminhos da Justiça em Cachoeira-Ba** tem como objetivo apresentar os meios de acesso à justiça. Demonstrando as principais abordagens aos direitos da população e disponibilidade de órgãos públicos na cidade.

O desconhecimento de direitos básicos e principalmente a falta de de informação de como exercer estes direitos, contribuem para que a população não exerça plenamente a sua cidadania . Assim, esta cartilha tem a intenção de reduzir esta lacuna e fomentar o acesso à justiça, ligando o cidadão que precisa de amparo aos sistemas de justiça existente.

As informações apresentadas são disponibilizadas pelas instituições, sendo o papel desta cartilha, unificar e fornecer as informações para que a população em geral seja capaz de acessar a justiça e fazer valer o seus direitos.

Assim, este guia, apresentará brevemente as características do judiciário, os problemas mais comuns e onde buscar as soluções, bem como os meios de como se fazer valer a **JUSTIÇA!**

2. O Funcionamento do Judiciário

A Constituição Federal de 1988, a lei maior do Brasil, prevê, no artigo 2º, a existência dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

O Judiciário é o braço da Administração pública que visa garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado.

2.1 Órgãos do Poder Judiciário

Os órgãos da Justiça, estão previstos no Artigo 92 da Constituição Federal e são eles:

Supremo Tribunal Federal (STF): O órgão máximo do Poder Judiciário, ao qual compete a guarda da Constituição.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ): É órgão de controle, responsável pela à transparência administrativa e processual das instâncias judiciais.

Superior Tribunal de Justiça (STJ): Corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua competência a solução definitiva dos casos cíveis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada.

A Constituição é a lei de maior importância no país, todas as outras leis precisam respeitar os direitos e limites impostos por ela.



2. O Funcionamento do Judiciário

Justiça Federal: Tem competência para processar e julgar, entre outras, as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras; os crimes políticos e as infrações penais praticadas contra a União, causas relativas a direitos humanos, previdência social.

Justiça do Trabalho: Julga ações entre trabalhadores e empregadores e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

Justiça Eleitoral: Cuida da organização do processo eleitoral, alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos e diplomação dos eleitos.

Justiça Militar: Processa e julga crimes militares definidos em lei.

Justiça Estadual: Julga todas as demais causas que não são de competência da Justiça especializada (Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar). Entre elas estão a maioria dos crimes comuns, ações da área de família, execuções fiscais dos estados e municípios, ações cíveis etc. Dessa forma, é o ramo do Judiciário que mais recebe ações.

Advocacia é a única profissão privada tratada pela constituição federal: é indispensável à administração da justiça, presta serviço público e exerce função social, conforme art. 133 da Constituição Federal.



2. O Funcionamento do Judiciário

2.2 Quem é Quem na Justiça

Desembargador: É o Juiz Segunda Instância, Julga recursos interpostos contra sentenças proferidas em Primeira Instância.

Juiz de Direito: Ele profere a sentença, nome que se dá à decisão que resolve o mérito do processo, ou que, não o fazendo, o declara extinto por inúmeros fundamentos jurídicos.

Promotor de Justiça: É integrante do Ministério Público e cabe a defesa do patrimônio público, e dos direitos coletivos.

Defensor Público: Integrante da Defensoria Pública, presta assistência jurídica gratuita àqueles que não podem pagar por um advogado. Pode, ainda, ajuizar ações civis públicas em prol de grupos hipossuficientes.

Advogado: São os profissionais liberais que representam os interesses das pessoas físicas ou jurídicas em juízo ou fora dele. Para ser advogado é preciso ter graduação como bacharel em Direito e estar regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Tal inscrição é obtida por aprovação em exame.

3. Onde buscar ajuda?

Nos caminhos da justiça, antes do provocar o poder judiciário, é possível buscar ajuda em órgãos e instituições que atendem ao público. Na cidade de Cachoeira existem algumas dessas instituições que apresentaremos a seguir:



3.1 CRAS

Realiza o atendimento à população, mantido pela Prefeitura e pelo Governo Federal. Alguns Serviços oferecidos, são:

Atendimentos relacionados ao Cadastro Único, orientações sobre benefícios sociais e direitos da população, orienta sobre cuidados com os filhos, e fornece assistência em casos de violência doméstica e direciona para atendimento para serviços públicos;

Endereço em Cachoeira: Rua Capoeiruçu, 0 casa – Distrito – Cachoeira / BA CEP: 44300-000

Telefone: 0800 726 0101

Horário de Funcionamento: 2ª-6ª feira, 7 às 13h

3.2 Conselho Tutelar

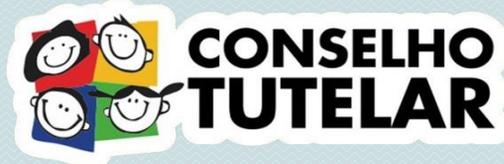
Criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é permanente e autônomo que zela pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A missão institucional consiste em representar a sociedade na defesa dos direitos da população infantojuvenil, como o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à liberdade, à cultura e à convivência familiar e comunitária.

Endereço em Cachoeira:

Telefone: (75) 9987-9662

Horário de Funcionamento: 2ª-6ª feira, 7 às 13h

Email: conselhotutelarcachoeiraba@gmail.com



3. Onde buscar ajuda?

3.3 CEJUSC



Realiza as audiências e sessões de mediação e conciliação antes de procurar a justiça, em matéria de família, como divórcio, alimentos, reconhecimento de paternidade e dissolução de união estável.

O serviço é gratuito e mantido pelo município em parceria com Tribunal de Justiça da Bahia.

Endereço em Cachoeira: Avenida Ubaldino de Assis, Jardim Grande, Cachoeira-BA, CEP 44300-000.

Horário de Funcionamento: 2ª-6ª feira, 7 às 13h.

Telefone: 75 34255186.

Email: cejusccachoeira@outlook.com.

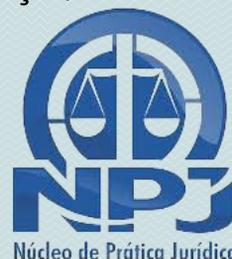
3.4 Núcleo de Prática Jurídica da FADBA

Espaço destinado pela Faculdade Adventista da Bahia para atendimento à comunidade, atende para orientação e também para judicialização. Atendimento é gratuito.

Endereço em Cachoeira: Av Principal Capoeiruçu, dentro da Faculdade Adventista.

Horário de Funcionamento: 2ª-6ª feira, 7 às 13h.

Telefone: 75 3425-8000



3. Onde buscar ajuda?

Alguns problemas só são resolvidos com a força do poder judiciário, porém, para ser socorrido nestes casos é necessário que a justiça seja acionada. Para isso se faz necessário que a justiça seja provocada e em Cachoeira, alguns órgãos estão à disposição da população para este fim, são eles:



3.5 Defensoria Pública

A Defensoria garante acesso gratuito ao judiciário, são os advogados pagos pelo estado para atuarem em defesa do interesse da população desde que comprovem não terem condições de pagar.

A defensoria pode ser acionada via **Disque Defensoria**, no telefone **0800 071 3121** ou **Agendamento On-Line**, no Aplicativo de celular "Defensoria Pública Bahia ou no site agenda.defensoria.ba.def.br ;

Em Cachoeira fica localizada dentro Fórum Augusto Teixeira de Freitas, na Praça Barão do Rio Branco, s/n, Centro, CEP: 44.300-000.

Telefone Local: (75) 3245-5680/ 5247

3.6 Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

É o órgão da defesa da lei e da sua fiel execução. Atua na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. São áreas de atuação do MP e de interesse da população: Violência Doméstica, Crimes ambientais, Defesa do Consumidor, Crianças e Adolescentes, Saúde, Educação e Crimes contra administração pública.

Pode ser acionado pelo Disque 127, das 8h às 18h ou em **Cachoeira**, **pode ser** localizada dentro Fórum Augusto Teixeira de Freitas, na Praça Barão do Rio Branco, s/n, Centro, CEP: 44.300-000 :

Telefone: 75-34251276

E-mail da Promotoria de Justiça: cachoeira@mpba.mp.br

Horário de Funcionamento: 2ª-6ª feira, 7 às 13h

3. Onde buscar ajuda?

3.7 OAB



O advogado é indispensável à administração da Justiça e a Ordem dos advogados do Brasil é a entidade responsável pela registro e controle dos advogados no Brasil.

Caso escolha constituir um advogado particular é necessário ficar atento ao registro do profissional na OAB.

No site www.cna.oab.org.br, pode-se pesquisar os advogados aptos para atuarem na Bahia.

Em Cachoeira, a sede da OAB fica localizada dentro Fórum Augusto Teixeira de Freitas, na Praça Barão do Rio Branco, s/n, Centro, CEP: 44.300-000.

Telefone: (75) 3621-2483



Os caminhos da justiça são longo e complexos, porém a justiça não falha. Nunca deixem de buscar os seus direitos!

Nas páginas seguintes deixo dicas que podem te ajudar.

Nunca deixem de buscar pela JUSTIÇA!

4. Informações Úteis

4.1 Fórum Augusto Teixeira de Freitas



Localizado no centro de Cachoeira, na Praça Dra. Ivone Bessa Ramos, em frente à Sede da Filarmônica Minerva Cachoeirana.

Leva o nome do Jurista Cachoeirano, o fórum concentra as varas cíveis, criminais e eleitorais, além de possuir sala do advogados, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, esta localização é fundamental para conhecimento do cidadão, sendo o local ideal para buscar ajuda imediata

Funcionamento: 08:00 às 18:00

Telefone: (75) 3425-1460

4.2 SAC



O Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, é mantido pelo governo do Estado e concentra diversos serviços ao cidadão.

Cachoeira não possui sede do Órgão, porém a rede SAC conta com 84 Unidades de atendimentos, sendo 11 Postos fixos na capital, 4 na Região Metropolitana e 21 no interior do Estado, além das 45 Unidades do modelo Ponto SAC e 3 rotas do SAC Móvel. O posto mais próximo fica na cidade de Feira de Santana.

Os serviços disponíveis estão disponíveis em: <http://servicos.ba.gov.br/> e o agendamento pode ser feito pelo próprio site ou call center: (71) 4020-5353 (ligação de celular) ou 0800 071 5353 (ligação de fixo)

5. Considerações Finais

O acesso à justiça é um direito previsto na Constituição, que estabelece diversos mecanismos para facilitar o ingresso dos cidadãos ao judiciário. Entre esses mecanismos, destacam-se a defensoria pública, a assistência judiciária gratuita e a nomeação de advogados em locais onde não há defensoria pública, visando garantir acesso à justiça para a população carente.

O objetivo desta cartilha foi aproximar a justiça dos menos favorecidos, reduzindo a histórica desigualdade entre o cidadão leigo e o poder judiciário. Busca-se promover o conhecimento da população sobre seus direitos, quebrar mitos e garantir acesso à justiça orientando sobre os mecanismos já disponíveis para população.

6. Referências

Site: <https://www.defensoria.ba.def.br/>

Site: <https://www.mpba.mp.br/>

Site: <https://www.tjba.jus.br/portal/>

Site: <https://www.gov.br/>

Site: <http://www.sac.ba.gov.br/>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 17 dez 2023.

BRASIL. Organização da Assistência Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm Acesso em: 17 dez 2023.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, **Acesso à Justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1988.



Caminhos da Justiça em Cachoeira- Ba

GALINDO, Helder da Costa C.

Cartilha: Caminhos da Justiça em Cachoeira - Ba, 2023. 15f.

Orientadora: Profª Drª Daniela Abreu Matos

Trabalho de Conclusão do Curso Tecnólogo em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo.